



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA**

**11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE LONDRINA - PROJUDI**

Avenida Duque de Caxias, 689 - 6º andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3572-3232 - Celular: (43) 3572-3483 - E-mail: lon-31vj-s@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0012422-45.2023.8.16.0045**

Processo: 0012422-45.2023.8.16.0045

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Classificação de créditos

Valor da Causa: R\$32.472.707,98

Autor(s):

- FAMP ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
- FAMP AGROINDUSTRIAL LTDA
- FARIMAX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FARINHAS EIRELI
- FSERV PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO LTDA

Réu(s):

Vistos e examinados estes autos de “Pedido de Recuperação Judicial” em que são autoras **FARIMAX – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FARINHAS LTDA., FSERV PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO LTDA., FAMP AGROINDUSTRIAL LTDA. e FAMP ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.,** qualificados nos autos.

## **I. RELATÓRIO**

Em síntese, é narrado que a autora Farimax, fundada no ano de 2017, tem por objeto social principal a preparação e comércio de subprodutos de origem animal (bovino), farinhas e óleos para atender indústrias de biodiesel. Em razão de seu crescimento, a empresa expandiu suas atividades às outras 03 (três) empresas requerentes, e, atualmente, possui, além da sede nos Municípios de Sabáudia e Arapongas, mais quatro filiais distribuídas nos Estados do Paraná (Curitiba), Mato Grosso (Cuiabá), Santa Catarina (Balneário Camboriú) e São Paulo (Mauá).

Aduzem que as atividades das empresas, além de afetadas pelo cenário econômico e político de crise no país, são firmemente afetadas pelas políticas do Governo Federal e da Agência Nacional do Petróleo (ANP) quanto à proporção de biodiesel misturado ao combustível fóssil, havendo uma redução drástica de 13% (treze por cento) para 10% (dez por cento) da proporção de mistura do biodiesel no diesel, com o intuito de segurar os preços dos combustíveis que estavam em crescente alta, o que afetou o faturamento das autoras.

Assim, visando a manutenção das operações, afirmam que a recuperação judicial é uma ferramenta essencial para a preservação da empresa, fomentando a recuperação do mercado regional, a manutenção dos postos de emprego e desenvolvimento econômico local.

Deste modo, pugnam pelo deferimento do processo da recuperação judicial (art. 51 da Lei 11.101/2005), em consolidação substancial (arts. 69-J e seguintes da Lei 11.101/2005), com a



consequente suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as autoras (art. 6º da Lei 11.101/2005), nomeação de administrador judicial e dispensa da apresentação das certidões negativas (art. 52, II, da LRF).

Fizeram demais requerimentos de praxe. Atribuíram valor à causa. Juntaram documentos.

Os autos foram distribuídos ao Juízo da 1ª Vara Cível de Arapongas.

Ato contínuo, as autoras aditaram a petição inicial para pleitear a concessão de tutela de urgência, consistente na antecipação dos efeitos decorrentes do deferimento do processamento da recuperação judicial, em especial a suspensão das execuções ajuizadas em face das autoras, impossibilitando a constrição de ativos por parte de credores concursais (seq. 12).

A Auxilia Consultores Ltda., nomeada como administradora judicial (seq. 15), apresentou o **laudo da constatação prévia** (seq. 20), complementado após a apresentação de novos documentos pelas autoras (seqs. 36 e 55).

A credora PUMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS MULTISSETORIAL requereu o indeferimento do pedido de processamento da recuperação judicial das autoras, em razão da ausência dos requisitos previstos nos arts. 48, 51, 69-G e 69-J da Lei 11.101/2005 (seq. 28).

Em sede de emenda à petição inicial, as autoras reiteraram o pedido de deferimento do processamento da recuperação judicial, com a imediata análise do pedido de tutela de urgência (antecipação do *stay period*) e consequente suspensão das decisões de busca e apreensão proferidas nos autos nº 0000151-67.2024.8.16.0045, 0000557-88.2024.8.16.0045, 015310-84.2023.8.16.0045, 0000235-68.2024.8.16.0045 e 0009002-32.2023.8.16.0045 (seq. 39).

O pedido de **processamento da recuperação judicial das autoras foi deferido** em 12.03.2024, oportunidade em que houve a nomeação da Auxilia Consultores Ltda. como administradora judicial, mediante a fixação de remuneração em 2% (dois por cento) do valor devido aos credores da recuperação judicial, em conformidade com o art. 24, § 1º da Lei 11.101/2005 (seq. 60).

O credor BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S/A opôs embargos de declaração (seq. 85, reiterado na seq. 163). As autoras apresentaram contrarrazões ao recurso (seq. 122).

O credor FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL PREVIA manifestou-se pelo indeferimento do processo de recuperação judicial, pois ausentes as condições de processamento, ante os indícios de fraudes e desvio de finalidade (seq. 91).

O Termo de Compromisso foi assinado pela administração judicial (seq. 104.4).

Houve a publicação de **edital** com cópia da decisão de seq. 60 e da lista de credores (seqs. 110, 111 e 131).



A credora PUMA interpôs recurso de agravo de instrumento em face da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial (seq. 117) e, posteriormente, requereu a inclusão da Famp Cobranças Ltda. ao polo ativo da presente demanda (seq. 126).

A **administradora judicial** apresentou o fluxo de pagamento mensal da remuneração fixada por decisão judicial (seq. 125).

O MUNICÍPIO DE ARAPONGAS juntou aos autos certidões positivas/negativas em relação aos débitos inscritos em dívida ativa, bem como requereu esclarecimentos acerca do prosseguimento dos autos nº 0009324-86.2022.8.16.0045 (seq. 128).

O ESTADO DO PARANÁ informou o saldo devedor das recuperandas (seq. 135).

A UNIÃO – FAZENDA NACIONAL apresentou os débitos inscritos em dívida ativa da União (seq. 146).

As **recuperandas** juntaram aos autos o plano de recuperação judicial (seq. 151) e requereram autorização para a formalização de “Contrato de Cessão e Aquisição sem Coobrigação de Direitos de Créditos e Outras Avenças” (seq. 154).

A **administradora judicial** apresentou relatórios de andamentos processuais e de incidentes processuais (seqs. 153, 161, 177, 184 e 195), além de análise do plano de recuperação judicial (seq. 157). Também juntou aos autos a relação de credores e requereu: **a)** na hipótese de não acolhimento do requerimento de consolidação substancial das litisconsortes, a publicação de edital, na forma do art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005; **b)** na hipótese de acolhimento da consolidação substancial, a abertura de novo prazo para adequação da lista de credores (seq. 156).

As **recuperandas** e a **administradora judicial** se manifestaram acerca dos pedidos formulados pelos credores após o deferimento do processamento da recuperação judicial (seqs. 159 e 175).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ manifestou-se pelo deferimento da consolidação substancial das recuperandas, com a inclusão da empresa Famp Cobranças Ltda. ao polo ativo da ação, em virtude do listisconsórcio necessário, nos termos do art. 69-J da LRF. Pugnou, ainda, pelo envio de cópia dos autos à Delegacia de Polícia local caso haja o entendimento do Juízo acerca de eventual prática de crime previsto na Lei 11.101/2005 (seq. 173).

O BANCO BRADESCO S.A. apresentou objeção ao plano de recuperação judicial (seq. 178).

As **recuperandas** constituíram novos advogados aos autos (seq. 179) e requereram (seq. 185): **a)** a juntada de modificativo do plano de recuperação judicial; **b)** a juntada do Laudo Econômico-Financeiro e Laudo de Avaliação de Bens; **c)** a publicação de Edital contendo aviso aos credores sobre o



recebimento do plano de recuperação judicial modificativo; d) o deferimento da consolidação substancial; e) a inclusão da pessoa jurídica Famp Cobranças Ltda. ao polo ativo do feito; f) a concessão de prazo para a apresentação da lista de credores atualizada.

A credora FACICREDI – COMPANHIA SECURITIZADORA requereu a revogação da decisão de processamento da recuperação judicial (seq. 188).

Sobreveio aos autos decisão monocrática proferida nos autos de Agravo de Instrumento nº 0034930-86.2024.8.16.0000, na qual foi reconhecida, de ofício, a **nulidade da decisão de seq. 60** destes autos, “por ausência de fundamentação adequada e por omissão quanto a questões que deveriam ter sido objeto de decisão” (seqs. 189 e 211).

A **administradora judicial** manifestou-se pelo uso abusivo do instituto da recuperação judicial e pela necessidade de indeferimento da petição inicial, com a extinção do feito com fulcro no art. 330, III, do CPC (seq. 201).

As **autoras** manifestaram-se nos autos e requereram (seq. 202): **a)** a reconsideração da manifestação do administrador judicial de seq. 175 quanto ao DIP; **b)** o indeferimento da objeção do Banco Bradesco; **c)** a desconsideração da manifestação da credora Facicred; **d)** a manutenção do processamento da recuperação judicial; **e)** a rejeição das alegações de fraude e abuso de direito; **f)** o indeferimento do pedido de suspensão destes autos; **g)** a autorização para a consolidação substancial.

O BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. requereu autorização para prosseguir com a ação de busca e apreensão ajuizada em face da autora Fserv (seq. 206).

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ** opinou pelo indeferimento do pedido inicial, nos termos do art. 51-A, § 6º da Lei 11.101/2005 (seq. 207).

Ato contínuo, o Juízo de origem revogou a nomeação da Auxilia Consultores Ltda. e, em substituição, nomeou o Dr. Demetrius Macei. Na mesma oportunidade, declinou da competência e remeteu os autos para esta 11ª Vara Cível e Empresarial Regional de Londrina (seq. 215).

Os autos foram **redistribuídos** em 29.01.2025 (seq. 220).

Intimada, a **administradora judicial** Auxilia Consultores Ltda. esclareceu que foi substituída antes da remessa dos autos a este Juízo, porém, em observância ao princípio da cooperação, apresentou relatório com as principais movimentações processuais (seq. 253).

Vieram os autos conclusos para deliberação.

## II.FUNDAMENTAÇÃO

### II.1.Da nulidade da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial



De início, ressalta-se que no contexto dos princípios que norteiam a CF e a LREF, a recuperação judicial revela-se adequada às empresas economicamente viáveis.

A constatação prévia (art. 51-A da LREF) é ferramenta importante no mecanismo da recuperação judicial, uma vez que apta a evitar recuperações judiciais ineficientes e fraudes contra os credores.

No caso dos autos, a constatação prévia foi realizada pela Auxilia Consultores Ltda., a qual, inicialmente, apresentou parecer destacando a insuficiência da prova documental, com a necessidade de emenda da petição inicial, além da aparente ausência de indícios contundentes de fraude, conforme se destaca a seguir (seq. 20):

## VII. CONCLUSÃO

*I. Do exposto no presente parecer, tem-se que após a visita técnica realizada pela Perita, foi possível constatar a existência de atividade empresarial regular das Devedoras Farimax e Fserv, localizadas à Rodovia PR 218, km 04, s/n, Zona Rural de Sabáudia/PR, e Famp Agroindustrial localizada em Curitiba/PR, por intermédio da filial, no entanto, em relação a esta, não foi possível adentrar no estabelecimento, sendo informado pelo funcionário que estava no local que o imóvel concentra atividade da Famp Agroindustrial, com armazenamento de óleo reciclável. Em relação à Famp Administradora, a ausência de documento comprometeu sua análise pois, se sua atividade consiste na gestão patrimonial, a falta de informações a respeito dos bens de sua titularidade prejudica, e muito, a constatação da atividade desempenhada.*

*II. No que toca à consolidação substancial, da mesma forma, a deficiência documental impediu a análise precisa da correlação da atividade grupal, de modo que a apresentação de documentos complementares é medida compulsória para viabilizar laudo conclusivo.*

*III. Não foram detectados indícios contundentes de utilização fraudulenta da ação de recuperação judicial. Na oportunidade, pôde ser confirmado que o foro da 1ª Vara Cível de Arapongas/PR é o competente para processar o pedido de Recuperação Judicial, uma vez que é o do local do principal estabelecimento das Devedoras.*

*IV. Acerca da regularidade e da completude da documentação apresentada, analisada por esta Perita segundo a leitura conjugada da Lei 11.101/2005, arts. 48 e 51, bem como da Recomendação n.º 103/2021, do CNJ, conclui-se que os requisitos do art. 51, da Lei 11.101/2005, por ora, não foram supridos, sendo eles:*

*(...)*

*Diante do exposto, nos termos do art. 51-A, § 4º, LREF, somos pela intimação das Devedoras para que **emendem a inicial, fornecendo documentação complementar**, pois, com base nos documentos acostados nestes autos, resta impossibilitada a apresentação de parecer conclusivo da perícia prévia.*

*(grifei)*



Após a complementação dos documentos, a administradora judicial apresentou os seguintes esclarecimentos (seq. 36.2):

## **VII. CONCLUSÃO**

***I. Do exposto no presente parecer, tem-se que os documentos apresentados em relação à Devedora Famp Administradora possibilitaram a constatação de sua atividade desempenhada a partir do Memorando de Entendimentos e dos Demonstrativos Contábeis, embora não tenha sido apresentado o demonstrativo contábil do exercício de 2022 e a relação detalhada do Ativo Imobilizado;***

***II. No que toca à consolidação substancial, esta Perita Judicial entende que os requisitos do art. 69-J da Lei 11.101/2005 foram preenchidos pelas Devedoras, bem como sugere que, caso seja deferido o processamento do pedido recuperacional, é de se considerar a inclusão da pessoa jurídica FAMP COBRANÇAS LTDA, conforme exposto no tópico IV;***

***III. Não foram detectados indícios contundentes de utilização fraudulenta da ação de recuperação judicial, embora situações atípicas tenham sido constatadas e que demandem acompanhamento próximo pelo profissional que vier a ser nomeado em caso de deferimento do processamento, cf. item V. Na oportunidade, pôde ser confirmado que o foro da comarca de Arapongas/PR é o competente para processar o pedido de Recuperação Judicial, uma vez que é o do local do principal estabelecimento das Devedoras.***

***IV. Acerca da regularidade e da completude da documentação apresentada, analisada por esta Perita segundo a leitura conjugada da Lei 11.101/2005, arts. 48 e 51, bem como da Recomendação n. 103/2021, do CNJ, conclui-se que os requisitos do art. 51, da Lei 11.101/2005, por ora, não foram supridos, sendo eles:***

(...)

***Diante do exposto, manifestamo-nos pela intimação das Devedoras para que, uma vez mais, emendem a inicial, apresentando a relação documental acima detalhada, sob pena de indeferimento.***

(grifei)

Juntados novos documentos, o laudo de constatação prévia foi complementado conforme abaixo (seq. 55.2):

## **V. CONCLUSÃO**

***Em arremate, registra-se que o presente Laudo Complementar ratifica as informações relatadas nos pareceres de evs. 20 e 36, à exceção das pendências antes anotadas, supridas derradeiramente pelas Devedoras aos evs. 39, 45 a 47 e 52.***

***Dessa forma:***

***I.No que pertine aos requisitos e documentos exigidos pelos arts. 48 e 51, ambos da Lei 11.101/2005, consigna-se que estes foram devidamente supridos pelas Devedoras postulantes, nos termos acima aduzidos;***

***II.Quanto ao requerimento formulado pelas Devedoras, de suspensão das ações de Busca e Apreensão em virtude da essencialidade dos bens lá perquiridos, i. considerando que a visita técnica ao pátio das Devedoras ocorreu aos 06.10.2023, não renovada em outra oportunidade, ii. considerando que a continuidade do nosso trabalho consistiu na análise dos documentos faltantes apresentados ao longo do trâmite da presente ação, iii. considerando que os autos nº 0000151-67.2024.8.16.0045, nº 0000235-68.2024.8.16.0045, nº 0009002-32.2023.8.16.0045 tramitam em segredo de justiça i. considerando que apenas pôde-se constatar a apreensão do CAMINHÃO TRATOR NOVO ACTROS 2548 LS/36 ACTROS 6X2 DIES. 2P BASICO 2022/2022 RENAVAL 01293475340 CHASSI Nº 9BM963425NB257081 PLACA RHV 9G73 nos autos nº 0000557-88.2024.8.16.0045, com mandado expedido nos autos principais nº 0015310-84.2023.8.16.0045, iv. considerando as DANFES de ev 52.2, pgs, 1 e 2 que registram a placa do caminhão apreendido, v. considerando o serviço de transporte inerente à atividade do grupo, em especial à FSERV, como já relatado em outras oportunidades, com receita de aproximadamente R\$ 840 mil oriunda de fretes, cf. ev. 27.10, ao tempo do ajuizamento do pedido, vi. considerando a relação de credores da FSERV de ev. 27.15, composta basicamente por credores fornecedores de bens ou serviços veiculares, como seguros, combustíveis, borracharia, e afins, vii. considerando que dos 13 funcionários listados pela FSERV ao ev. 27.24, 7 são motoristas e 1 gerente de frota, na visão desta perita, parece ser possível o reconhecimento de essencialidade do CAMINHÃO TRATOR NOVO ACTROS 2548 LS/36, não sendo possível concluir a análise em relação aos demais bens buscados via ação própria, considerando o segredo de justiça atribuído.***

*Sendo o que tinha a manifestar para o momento, nos colocamos à absoluta disposição deste d. Juízo e demais interessados, oportunidade em que renovamos os votos de elevada estima e consideração.*

*(grifei)*

Ato contínuo, o processamento da recuperação judicial foi deferido pelo Juízo de origem à seq. 60 dos autos, porém, sem a devida análise acerca dos pedidos de consolidação substancial e inclusão da pessoa jurídica FAMP COBRANÇAS LTDA. ao polo ativo da lide, tampouco das insurgências apontadas pelos credores no tocante à suposta utilização do instituto da recuperação judicial com finalidade fraudulenta.

Tais omissões culminaram na nulidade da decisão, reconhecida de ofício pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos autos de Agravo de Instrumento nº 0034930-86.2024.8.16.0000, nos moldes da fundamentação abaixo transcrita (seq. 189):

*(...)*

*No caso concreto, a fundamentação é deficiente, pois não examinou a contendo todas as questões imprescindíveis, à vista da situação concreta submetida ao juízo.*

*Tratando-se de litisconsórcio ativo, incumbia ao juízo a quo verificar, individualmente, e indicar em sua decisão, a satisfação de todos os requisitos necessários ao deferimento do processamento da recuperação judicial em favor de cada requerente.*

*Satisfeitos os requisitos, deveria, ainda, ter sido especificado qual espécie de consolidação aplicar-se-ia ao caso concreto, se processual ou substancial, diante das relevantes diferenças e repercussões que uma ou outra geram no andamento do processo e no tratamento das partes.*

*Evidência da confusão gerada pela decisão recorrida está, justamente, na interpretação deste recurso, no qual, dentre outras questões, a parte agravante pretende o afastamento da consolidação substancial.*

*Não houve na decisão hostilizada qualquer análise quanto ao instituto, o que levou a douta Procuradoria-Geral da Justiça a manifestar-se pelo não conhecimento da insurgência.*

*Embora, contudo, a decisão não tenha se debruçado sobre a questão, deveria tê-lo feito, ao admitir o processamento da recuperação de quatro devedoras em litisconsórcio. **Deveria ter especificado a forma como as recuperandas seriam tratadas, se devedoras independentes ou como uma só.***

*Prova disso decorre da apresentação do plano de recuperação (seq. 151.1 do processo principal), pelas devedoras, como se efetivamente houvesse sido deferida a consolidação substancial, o que não foi – **sobretudo porque não avaliada a presença dos requisitos necessários ao deferimento dessa excepcional forma de consolidação, conforme art. 69-J da Lei de Recuperação e Falência.***

*Além disso, **outra questão importante foi omitida a decisão hostilizada, concernente à inclusão no polo ativo da empresa pertencente ao mesmo grupo econômico – Famp Cobranças Ltda – ou, ao menos, a determinação de sua constante fiscalização pela administradora judicial, conforme, inclusive, essa sugeriu no laudo de seq. 20.2 do processo principal.***

*São questões importantes ao adequado processamento do feito, que impactam tanto no sucesso da recuperação como, diretamente, no direito das partes processuais, as quais, se não sanadas neste momento, poderão gerar prejuízos ao longo do processo.*

*Portanto, **impõe-se, ex officio, o reconhecimento da nulidade da decisão, por ausência de fundamentação adequada e por omissão quanto a questões que deveriam ter sido objeto de decisão, o que torna prejudicado o exame do mérito desta insurgência.***

*(grifei)*

Assim, diante do r. acórdão e da redistribuição dos autos a este Juízo Empresarial, faz-se necessário reapreciar o pedido de processamento da recuperação judicial, à luz das questões destacadas pelo E. Tribunal de Justiça do Paraná.



## II.2.Da nova apreciação do pedido de processamento da recuperação judicial

Pois bem, antes de autorizar o processamento da recuperação, compete ao magistrado realizar o exame prévio, “*in status assertiones*”, do que o devedor alega. Para tanto, pode-se valer da constatação prévia (art. 51-A da Lei 11.101/2005), que, no caso dos autos, já foi realizada.

Além disso, para o processamento da recuperação judicial não basta o mero preenchimento dos requisitos do art. 51 da Lei 11.101/2005, sendo também imprescindível a comprovação, pelo devedor, das reais condições de funcionamento, levando-se em consideração as perspectivas de negócio, o mercado em que atua e as estratégias para a superação da crise.

Isto, pois, de acordo com o art. 47 do referido diploma legal, “*a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica*”.

Deste modo, a recuperação judicial visa possibilitar que a devedora supere sua crise econômico-financeira e preserve a sua função social, mantendo a continuidade de suas atividades, gerando lucro, preservando empregos e movimentando a economia.

Acerca do tema, João Pedro Scalzilli, Rodrigo Tellechea e Luis Felipe Spinelli asseveram que:

***O princípio basilar da LREF é o da preservação da empresa especialmente diante dos interesses que gravitam em torno dela. A busca pelo atingimento deste objetivo deve perpassar toda a interpretação dos seus dispositivos legais.***

***A razão para tanto é simples: a empresa é célula essencial da economia de mercado e, como tal, cumpre relevante função social. Desse modo, subjacente ao princípio da preservação da empresa, está a função social que ela exerce e os reflexos que geram no seu entorno. (...).***

***A função da empresa revela-se com o exercício de uma atividade lucrativa. Isso porque, ao perseguir o lucro, ela produz ou coloca ao alcance das pessoas a maior parte dos bens e serviços consumidos. Ao explorar a sua atividade, promove interações econômicas com outras empresas, movimentando a economia; compra, vende, paga salários e tributos, ajudando no desenvolvimento da comunidade em que está inserida; cria e, ao seu modo, distribui riqueza. É exatamente assim que a empresa cumpre função social.***

***(Recuperação de Empresas e Falência: Teoria e Prática na Lei 11.101/2005, Grupo Almedina, 2023, E-book – grifei).***

Convém salientar, contudo, que o princípio da preservação da empresa “*não deve ser visto como um valor direcionado ao empresário, como forma de manutenção da exploração de sua atividade para a geração de lucro. Ao revés, o princípio mira a coletividade, atuando conjuntamente com o paradigma de proteção à dignidade da pessoa humana, na medida em que contempla um grau de*



*assistência a todos aqueles que dependem da atividade empresária, em conformidade com a diretriz constitucional de assegurar a todos uma existência digna (art. 1, III CF)” (Moura Ribeiro, Paulo Dias de; Tauk, Clarissa Somesom. O sistema brasileiro de insolvência sob a perspectiva do capitalismo humanista. Em: BERTASI, Maria Odete Duque; GIANSANTE, Gilberto. Reforma da lei de falências e recuperação de empresas. São Paulo: Editora Imperium, 2021).*

Feitos tais esclarecimentos, passo à análise do caso concreto.

Extraí-se dos autos que as autoras apresentaram diversos documentos, inclusive em sede de emenda à petição, os quais, em um primeiro momento, culminaram no precoce deferimento do processamento da recuperação judicial.

Ocorre que, em realidade, tais documentos são insuficientes para comprovar os requisitos essenciais exigidos pela Lei 11.101/2005, seja por não contemplarem todo o grupo empresarial, seja pelos inúmeros indícios de fraudes e divergências que surgiram ao longo da tramitação do feito.

Assim, diante das diversas oposições dos credores quanto ao processamento da recuperação judicial e da obtenção de novos documentos, a administradora judicial apresentou (previamente à substituição realizada pelo Juízo de origem) novo parecer técnico, concluindo pela impossibilidade de processamento da recuperação judicial e pela necessidade de indeferimento da petição inicial.

Confira-se (seq. 201):

## **II. AS SITUAÇÕES ATÍPICAS APONTADAS NOS LAUDOS DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA APRESENTADOS**

*Após a análise dos documentos constantes dos autos, dos ofertados após o ajuizamento do pedido, de outros que obtivemos, assim como das informações colhidas durante as visitas ao estabelecimento das Devedoras, levantamos alguns pontos de atenção (todos descritos nos laudos dos evs. 20, 36 e 55). São situações que, a nós, pareciam atípicas e que demandariam ajustes e esclarecimentos, além de muita atenção pelo Administrador Judicial que eventualmente viria a ser nomeado, caso ocorresse o processamento da RJ:*

*Filiais, aparentemente, de fachada;*

*Intensa movimentação financeira com FAMP COBRANÇAS que, embora integrante do mesmo grupo, não foi incluída no litisconsórcio ativo;*

*Intensa movimentação financeira – aparentemente sem uma relação empresarial que justificasse – com PUPO COBRANÇAS, que tem como sócio Antônio Josumar Soares, que é codevedor do grupo FARIMAX em operações bancárias. Aliás, Antônio Josumar Soares chega a firmar documentos com fundos de investimentos na condição de representante do grupo Farimax, já tendo ele também constado no quadro de colaboradores desta;*

*Expressivo volume de devoluções/cancelamentos de notas fiscais;*

*Diversas inconsistências contábeis identificadas, a ponto de termos mencionado, no laudo complementar, que se deferida a inicial, a contabilidade demandaria retificações, pois nela se fazia menção, por exemplo, a existência de expressiva quantia em caixa, além de apontarmos a discrepância entre o passivo previsto na contabilidade e aquele declarado na relação de credores, as quais somam-se ao volume da conta contábil estoques que, ao menos durante a visita, não foram constatados.*

*Esses foram pontos, como dito, que deveriam ter sido esclarecidos tão logo eventualmente ocorresse o deferimento do processamento da RJ. No entanto, além desses pontos não terem sido devidamente esclarecidos, pela insuficiência informacional e documental das Devedoras, muitos outros surgiram após a admissibilidade positiva da inicial, conforme exemplificados no item abaixo.*

### **III. NOVAS SITUAÇÕES ATÍPICAS QUE FORAM SURGINDO AO LONGO DO TRÂMITE DA RJ E DA NÃO ADEQUAÇÃO DAS DEVEDORAS**

(...)

*Além da dificuldade no acesso aos documentos e informações, com o passar dos meses, tem se acumulado uma série de questionamentos que pendem de devidos esclarecimentos. Ou seja, não apenas não foram equacionadas as muitas dúvidas levantadas no laudo de constatação prévia, como acabaram sendo diluídas em um conjunto ainda maior de questionamentos e situações, no mínimo, atípicas. Abaixo, seguem alguns exemplos daquilo que temos informado, tanto nos autos principais quanto no incidente do RMA (0003232-24.2024.8.16.0045):*

***Elevada taxa de cancelamentos de notas fiscais;***

***Manutenção da prática de emissão de notas fiscais intercompany;***

***Pagamento de obrigações do grupo Farimax realizadas por pessoa***

***jurídica terceira (PUPO COBRANÇAS);***

*Manutenção da intensa movimentação financeira com a PUPO COBRANÇAS. A respeito desse relacionamento com PUPO COBRANÇAS, vale menção também ao fato de que a FARIMAX nos enviou um extrato bancário da PUPO, de setembro de 2023 e, por meio dele, **identificamos cerca de 30 transferências**, totalizando R\$ 2.680.000,00, creditados em uma conta da Farimax. No entanto, ao analisarmos os extratos que a FARIMAX nos enviou, não localizamos a entrada desses valores, o que sugere **possível omissão documental**;*

***Diversas inconsistências contábeis, que vão desde a não comprovação do pagamento do pró-labore a lançamentos incongruentes, como a menção à conta estoque (entre matéria-prima e produto acabado) no valor de aproximadamente 40 milhões de reais;***

***Manutenção de envio de vultosas quantias de recursos para a FAMP COBRANÇAS, pessoa jurídica que não compõe o polo ativo da RJ;***



*Outras saídas de caixa bastante questionáveis, como a ocorrida em agosto de 2024, em que a FAMP ADMINISTRADORA DE BENS (que é a holding patrimonial do grupo) pagou à COBRAFAS COBRANÇAS E PAGAMETNOS LTDA o valor R\$ 32.600,00;*

*Existência de um distrato de contrato de prestação de serviços contábeis com o antigo contador, o qual **relaciona sujeitos que não foram arroladas no polo ativo da presente RJ**, como a própria PUPO COBRANÇAS, por exemplo;*

*Da análise do referido distrato, também **identificamos a presença do empresário individual Luiz Felipe Emidio da Silva**, CNPJ 54.327.083/0001-57, cujo CNAE na RFB é de “coleta de resíduos perigosos” e o endereço eletrônico é o administrativo@fampagro.com.br;*

*Alienação de direitos pertencentes à FAMP ADMINISTRADORA DE BENS e a realização de um distrato, que igualmente levou a redução do patrimônio da holding.*

(...)

#### **IV. A SUCESSÃO DE EMPRESAS APONTADAS PELA FACICREDI**

*Por meio da petição do ev. 188, a **FACICREDI alegou o uso abusivo da presente RJ, uma vez que as pessoas jurídicas autoras do pedido recuperacional teriam sido constituídas para fraudar credores** de outras pessoas jurídicas, as quais teriam sido sucedidas por elas. Além disso, **narraram que Lourival Rosa de Paula seria a pessoa natural que teria engendrado a manobra e que seria o mentor do grupo.***

*Desde a visita realizada para a confecção do laudo de constatação prévia sempre notamos (e relatamos) a presença de Lourival, o que, por si só, não revela nada. No entanto, conforme nossa atividade foi sendo desenvolvida, pudemos notar que, embora Felipe também estivesse presente, **Lourival exercia papel relevante na gestão do grupo**, o que também, por si só, não chega a ser algo que venha a corroborar com a tese do fundo, até porque há um vínculo formal celetista entre Lourival Rosa de Paula, que é pai do titular das pessoas jurídicas que formam o Grupo autor, e a Farimax.*

*No entanto, quando se verifica o desenvolvimento da atividade e o histórico envolvendo as pessoas citadas pela FACICREDI, de fato, **parece que estamos diante de sucessão empresarial**, até porque em relação a determinadas dívidas (o passivo fiscal estadual por exemplo) **a própria FARIMAX, voluntariamente, fez a assunção da dívida reconhecendo a existência de sucessão empresarial.***

*Talvez seja cedo para fazer, neste momento, afirmação firme e peremptória no sentido de que ocorreu sucessão empresarial, afinal o contraditório ainda não foi exercido. Todavia, parece certo dizer que, hoje, há elementos que ao menos sinalizam para a existência de sucessão empresarial, o que, da mesma forma, por si só não pode ser tido como elemento impeditivo para o ajuizamento de recuperação judicial.*

*A situação, todavia, passa a ganhar novos contornos quando se verifica, por meio de consulta processual pública, que **há um passivo relevante envolvendo as possíveis pessoas jurídicas sucedidas**, Agropaula e Agroara. São tantas as ações*



*judiciais que visam a cobrança de crédito contra referidas PJs, que a relação dos processos que localizamos compõem um anexo a parte à presente petição.*

*Conforme mencionado no início deste item, a presença de Lourival e a sua participação na gestão do grupo FARIMAX, assim como a eventual sucessão empresarial ocorrida entre Agropaula e Agroara e o grupo FARIMAX, não são elementos que, por si só, desautorizariam o uso da recuperação judicial pelas Autoras, contudo **o relevante passivo que as sucedidas deixaram para trás, pode, sim, sugerir o uso abusivo do instituto da recuperação judicial.***

## **V. CONCLUSÃO**

(...)

*Se fôssemos considerar isoladamente cada uma das muitas questões acima levantadas, talvez até pudéssemos sustentar a possibilidade de deferimento da petição inicial, ainda que com a aplicação das penalidades eventualmente cabíveis.*

*No entanto, **quando analisamos o conjunto da obra e a presença simultânea de todas as situações acima descritas, parece-nos suficientemente clara a impossibilidade de deferimento da petição inicial**, pois não bastasse termos localizado questões relevantes no período pré-RJ, após o ajuizamento do pedido essas questões não apenas não foram elucidadas, como passaram a compor um plexo ainda maior de situações, no mínimo, duvidosas.*

*São questionamentos que vão desde a **ocorrência de filiais que parecem existir apenas no papel, como a uma rotina, muito questionável, de cancelamentos de notas fiscais**, que existia antes do ajuizamento do pedido e que seguiu ocorrendo nos meses subsequentes. Aliás, como visto acima, nós nem ao menos conseguimos falar com precisão se, por exemplo, os extratos bancários de todas as contas nos têm sido enviados. É como se estivéssemos trabalhando às cegas.*

*Não bastasse a dúvida sobre o envio completo da documentação, aquilo que nos é apresentado não parece revelar informações fidedignas. Basta lembrar a menção acima a respeito da disponibilidade de caixa e do fabuloso estoque mencionados na contabilidade das Devedoras.*

*A **escassez de informações e a dúvida sobre a veracidade do que foi apresentado** fizeram com que nós, simplesmente, não conseguíssemos emitir parecer a respeito do requerimento de dip financing apresentado pelas Devedoras no ev. 154, pois não tínhamos, e continuamos não tendo, condições de realizar a fiscalização a respeito de eventual destinação dos recursos, caso o financiamento seja deferido.*

*Some-se, ainda, um **outro fato muito relevante, que é a possível ocorrência de sucessão empresarial de pessoas jurídicas que são devedoras de um passivo muito relevante**, bem maior, inclusive, ao que se submete a presente RJ. **O que ficou para trás parece superar os 100 milhões de reais.***

*Isso tudo nos autoriza afirmar, sem margem para dúvida, **que estamos diante do uso abusivo do instituto da recuperação judicial, motivo pelo qual opinamos pelo indeferimento da petição inicial e pela extinção do feito, com base no art. 330, III, do CPC.***

(grifei)

As diversas irregularidades identificadas nos autos também foram minuciosamente detalhadas no ilustre parecer do Ministério Público, o qual acompanho na integralidade (seq. 207):

*Conforme se depreende, o requerimento da recuperação judicial foi precedido de dois pedidos de falência ajuizados contra a empresa FARIMAX – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FARINHAS LTDA. (autos nº 0009240-51.2023.8.16.0045 e nº 0009305-46.2023.8.16.0045), sendo marcado, desde o início, por intensa oposição de credores, principalmente dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, que alegam a utilização fraudulenta do instituto e a omissão de informações e documentos relevantes (v.g. mov. 28.1 e 91.1).*

*A propósito, embora não constatada, naquele momento, a existência de elementos ou indícios de fraude, já no primeiro Laudo de Constatação Prévia elaborado pela Perita Judicial (mov. 20.2), verifica-se que foi reportado que **apenas a empresa FARIMAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FARINHAS LTDA. havia apresentado a documentação contábil, bem como foram noticiadas inúmeras divergências nos registros que instruíram o pedido de recuperação judicial em relação à realidade fática observada.***

*Veja-se que a visita técnica realizada pela expert atestou que **somente as empresas FARIMAX e FSERV possuem sede em funcionamento**, ambas localizadas na Rodovia PR 218, km 04, Vila Rural, no Município de Sabáudia/PR, que concentra a atividade industrial e administrativa do Grupo Econômico, enquanto que **o imóvel onde supostamente funcionava a empresa FAMP AGROINDUSTRIAL**, localizado na Rua Chororó do Pantanal, 601, Parque Industrial II, no Município de Arapongas/PR, **foi vendido em meados de 2022 e o endereço constante do contrato social da empresa FAMP ADMINISTRADORA corresponde ao endereço do sócio** e seus familiares em condomínio residencial.*

*Outrossim, não obstante a documentação demonstre que a empresa FARIMAX possui 3 (três) filiais ativas, situadas em Balneário Camboriú/SC, Cuiabá/MT e Serra/ES, extrai-se que **inexiste atividade industrial ou comercial nos locais**, denotando que foram constituídas “com a finalidade de obtenção de benefícios fiscais”.*

*Igualmente, das 2 (duas) filiais que a empresa FAMP AGROINDUSTRIAL supostamente possui, **somente aquela localizada na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 6.465, Cidade Industrial, em Curitiba/PR, está, em tese, sendo utilizada para a coleta e armazenamento de óleo, embora não tenha sido apresentado documento comprobatório, ao passo que a filial localizada na Rua Antônio Luiz Ferreira, 350, Vila Carlina, em Mauá/SP, encontra-se abandonada.***

*Além disso, chamou a atenção o fato de que a empresa FAMP COBRANÇAS LTDA. foi incluída na relação de credores quirografários da empresa FARIMAX com um crédito exponencial de R\$ 8.420.432,88 (oito milhões, quatrocentos e vinte mil, quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos), que representa cerca de 1/4 (um quarto) de todo o passivo sujeito.*

*Ocorre que referida sociedade empresária tem por sócio-administrador o Sr. Felipe Augusto Maciel de Paula, assim como as demais empresas devedoras, e, segundo informado, atua como intermediadora no repasse de verbas oriundas do caixa da empresa FARIMAX para os coletores que prestam serviços à empresa*

***FAMP AGROINDUSTRIAL, mas não foi incluída no polo ativo da ação, pelo contrário, constou da relação de credores com um crédito milionário, mesmo que, eventualmente, não pudesse exercer direito de voto em uma possível Assembleia Geral de Credores (ex vi art. 43 da Lei nº 11.101/05).***

A situação ganha contornos ainda mais relevantes ao ser observado nos Laudos Complementares apresentados (mov. 36.2 e 52.2) uma **intensa e expressiva movimentação de recursos financeiros não só entre a FAMP COBRANÇAS e a FARIMAX, mas envolvendo todas demais empresas requerentes do pedido de recuperação judicial**, ou seja, claramente integra e possui papel de destaque junto ao Grupo Econômico, não podendo ser ignorada, porquanto, conforme frisado pelo profissional, em caso de ser deferido o processamento da recuperação judicial, haveriam inúmeras dificuldades na fiscalização do caixa das devedoras, notadamente em razão da ausência de elementos que atestem a origem e destino dos recursos transferidos.

Tanto é que, depois de sugerida sua inclusão no polo ativo do pedido de recuperação judicial em litisconsórcio necessário pela Perita, o que também foi postulado pela credora PUMA (mov. 28.1 e 126.1) e pelo Ministério Público (mov. 173.1), e cassada a decisão que deferiu o pleito justamente por não analisar tal questão (mov. 189.1), apesar de certa relutância, **as próprias devedoras concordaram e requereram o ingresso da sociedade no polo ativo da ação, reconhecendo que operam em conjunto** (mov. 185.1).

Outro ponto de relevância trazido nos mencionados Laudos Complementares, e talvez o mais importante, consiste no fato de que a **análise da documentação contábil da empresa FARIMAX apontou que a conta de “Devolução de Vendas” possuía um saldo gigantesco, sendo de R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil reais) ao tempo do ajuizamento do pedido recuperacional, equivalente a 44% (quarenta e quatro por cento) do valor das vendas no período, o que poderia representar uma manobra de captação irregular de recursos no sistema financeiro.**

Também foi registrado pelo profissional que, durante a visita técnica realizada, foi informado que **os valores são relativos a notas emitidas em operações intercompany**, isto é, entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo, para a obtenção de recursos financeiros perante os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs).

Aliás, é notório o endividamento da empresa FARIMAX perante referidos fundos de investimento, tanto que os dois pedidos de falência contra ela foram ajuizados por credores deste seguimento, quais sejam a ALIANÇA CRED FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (autos nº 0009240-51.2023.8.16.0045) e PUMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS MULTISSECTORIAL (autos nº 0009305-46.2023.8.16.0045).

Desse modo, embora tenha concluído pelo preenchimento dos requisitos legais, a Perita ressaltou expressamente que, tão logo fosse deferido o pedido de processamento da recuperação judicial, a **situação atípica apresentada demandaria rigorosa fiscalização e acompanhamento próximo.**

Todavia, após o deferimento do processamento da recuperação judicial, a Administradora Judicial nomeada enfrentou inúmeros percalços para a obtenção de documentos e informações contábeis e financeiras das devedoras.



*Inclusive, os primeiros Relatórios Mensais de Atividades (RMAs) somente puderam ser efetivamente elaborados quase 6 (seis) meses depois da decisão de mov. 60.1, conforme se extrai do incidente processual sob nº 0003232-24.2024.8.16.0045 (mov. 32.1), oportunidade em que foram observadas diversas movimentações financeiras suspeitas e formulados questionamentos às devedoras*

*Uma das principais constatações, além das intensas e infundadas transações financeiras com a empresa PUPO COBRANÇAS, refere-se à reiterada prática de cancelamento de vendas e emissão de notas fiscais em operações intercompany, sem lastro em documentação idônea, cujas respostas fornecidas pelas devedoras foram totalmente evasivas e genéricas.*

*Em complemento, no último relatório juntado (mov. 37.1), a Administradora Judicial reportou outras questões controvertidas pendentes de esclarecimentos, a saber:*

*(...) i. pagamento do pró-labore e salário: que revelam fragilidades nos controles internos e gerando dúvidas quanto à confiabilidade dos registros financeiros; ii. cancelamento de notas fiscais: prática que persiste desde a constatação prévia, sem justificativas adequadas, especialmente em transações intercompany e iii. pagamento sem Justificação: como o realizado pela Famp Administradora de Bens à Cobrafas Cobrançase Pagamentos Ltda, sem contrato ou justificativas para tanto.*

*Tudo isso denota descomprometimento das empresas com a transparência que a recuperação judicial requer, bem como que não têm empreendido esforços para sanar um quadro de desorganização e inconsistência contábil e documental que perdura desde a data do ajuizamento do pedido (08/09/2023).*

*Mais não é só.*

*O feito ganhou ainda mais complexidade a partir das informações apresentadas pela empresa FACICREDI – COMPANHIA SECURITIZADORA (mov. 188.1), denotando indícios de utilização fraudulenta da presente recuperação judicial para lesar credores e a omissão de vultoso débito fiscal que a empresa FARIMAX assumiu de outras pessoas jurídicas que teria sucedido.*

*De acordo com a peticionante, o GRUPO FARIMAX foi constituído em sucessão empresarial das empresas AGROPAULA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE SUB PRODUTOS BOVINOS LTDA. e AGROARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUB PRODUTOS BOVINOS LTDA., anteriormente sediadas no mesmo endereço e constituídas pelo Sr. Lorival Rosa de Paula, que é pai do atual sócio-administrador das empresas requerentes do pedido de recuperação judicial, Sr. Felipe Augusto Maciel de Paulo, o qual seria o grande “cabeça” do grupo econômico.*

*Em que pese esse fato (possível sucessão empresarial), por si só, não caracterize impedimento para a obtenção da recuperação judicial do GRUPO FARIMAX, ao se analisar o conjunto da obra, especialmente a omissão de informações e documentos relevantes e o vultoso passivo deixado pelas empresas AGROPAULA e AGROARA, conforme apresentado pela Administradora Judicial (mov. 201.1), e que pode vir ser assumido pelas devedoras, torna-se inviável deferir o processamento da recuperação judicial nestas condições.*

*(...)*

(grifei)

Constata-se, assim, a inaptidão das autoras para fazerem jus ao instituto da recuperação judicial, pois, além da ausência do preenchimento do art. 51 da Lei 11.101/2005, há indícios contundentes de utilização fraudulenta da presente ação de recuperação judicial, em especial quando se considera a aparente: existência de filiais “de fachada”; intensa movimentação financeira com FAMP COBRANÇAS e PUPO COBRANÇAS; expressivo cancelamento de notas fiscais; inconsistências contábeis; sucessão empresarial suspeita; insuficiência informacional e documental das devedoras.

Ademais, conforme bem salientado pelo *Parquet*, embora intimadas acerca das inúmeras irregularidades, as autoras limitaram-se a impugnar genericamente as alegações dos credores, sem esclarecer de forma fundamentada os indícios veementes de desvirtuamento do instituto da recuperação judicial.

Dessa forma, diante dos infindáveis indícios de fraude apontados, impõe-se o indeferimento do processamento da recuperação judicial e da petição, nos termos do art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil, c.c. art. 51-A, § 6º da Lei 11.101/2005.

### II.3.Da remuneração da administradora judicial

Acerca da remuneração do administrador judicial, assim dispõe o art. 24 da Lei 11.101/2005:

**Art. 24.** *O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.*

*§ 1º Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.*

*§ 2º Será reservado 40% (quarenta por cento) do montante devido ao administrador judicial para pagamento após atendimento do previsto nos arts. 154 e 155 desta Lei.*

*§ 3º O administrador judicial substituído será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, salvo se renunciar sem relevante razão ou for destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas nesta Lei, hipóteses em que não terá direito à remuneração.*

*§ 4º Também não terá direito a remuneração o administrador que tiver suas contas desaprovadas.*

*§ 5º A remuneração do administrador judicial fica reduzida ao limite de 2% (dois por cento), no caso de microempresas e de empresas de pequeno porte, bem como na hipótese de que trata o art. 70-A desta Lei.*



No caso, a remuneração da administradora judicial Auxilia Consultores Ltda. foi fixada em “2% (*dois por cento*) do valor devido aos credores da recuperação judicial, em conformidade com o disposto no artigo 24, § 1º, da Lei nº 11.101/2005” através da decisão de seq. 60, posteriormente declarada nula pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Somado a isso, ao declinar da competência (seq. 215), o Juízo de origem substituiu a administradora judicial anteriormente nomeada pelo Dr. Demetrius Macei. Contudo, tal substituição sequer foi formalizada com o termo de compromisso, uma vez que após a decisão os autos foram redistribuídos a este Juízo.

Assim, para evitar maior tumulto processual, considerando que o feito será encerrado, **revogo** e torno sem efeito o item 5 da decisão de seq. 215, mantendo a nomeação da administradora judicial Auxilia Consultores Ltda., titular da remuneração a ser fixada.

No mais, fixo a remuneração em 1% (um por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial (seq. 1.1 – R\$ 32.472.707,98). Contudo, considerando a peculiaridade do caso concreto, o pagamento deverá ser proporcional ao trabalho realizado nos autos.

Deste modo, considerando que o tempo médio de uma recuperação judicial é de 36 (trinta e seis) meses, compreendido o período de *stay period* (cento e oitenta dias + cento e oitenta dias) e de fiscalização da recuperação judicial (dois anos), bem como que a administradora judicial atuou nos autos por 17 (dezessete) meses, contado da data do primeiro laudo de constatação prévia (seq. 20) até o relatório apresentado por solicitação deste Juízo (seq. 253), conclui-se que a remuneração devida corresponde ao valor total de R\$ 153.343,34 (cento e cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos).

### III. DISPOSITIVO

Por todo o exposto, **julgo o processo extinto sem resolução de mérito**, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil, c.c. art. 51-A, § 6º da Lei 11.101/2005, ante o indeferimento da petição inicial.

Com base no princípio da causalidade, condeno as autoras ao pagamento das custas processuais e da remuneração da administradora judicial (Auxilia Consultores Ltda.) no valor de R\$ 153.343,34 (cento e cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos).

**Cumpra-se** o previsto no art. 413 do Código de Normas, se houver mandado de segurança ou recurso incidental pendente de julgamento.

**Depois de cumprido** o disposto nos artigos 396, 458, 459, 460 e 461, todos do Código de Normas, na Instrução Normativa 12/2017 (expedição de Comunicação de Custas não Pagas ou Certidão



de Crédito Judicial), se for o caso, e o disposto no art. 44 do D.J. 744/2009 (com redação determinada pelo D.J. 785/2017), **arquivem-se com baixa na distribuição** (conforme r. decisão da Corregedoria-Geral da Justiça no SEI!DOC Nº 8013028 do procedimento SEI!TJPR Nº 0056075-51.2021.8.16.6000).

Intimem-se.

Londrina, data lançada eletronicamente.

(Assinatura digital)

**Emil T. Gonçalves**

Juiz de Direito

nbg